

A nova organização familiar na cidade de Castro Alves:

A mulher na chefia familiar.

Antonio Raimundo Alves

A família é a primeira socialização do indivíduo, nela o ser humano adquire valores e crenças, e recebe a proteção necessária para a sua sobrevivência nos primeiros anos de sua vida. Como todas as Instituições da sociedade, a família também passou por várias transformações: do matrimônio em grupo ao monogâmico, da família patriarcal à homossexual. Hoje, existem várias configurações no âmbito familiar, mesmo nas cidades pequenas, onde as pessoas geralmente são mais apegadas ao tradicionalismo, ou conservadorismo, já que o padrão ideal de família visto pela nossa sociedade sempre foi o que Durkheim (1897) chama de família conjugal, constituída pelo pai com o papel de prover o sustento do lar, da mãe na função de gerir as atividades domésticas e pelos filhos. Nesse processo de mudanças na ordem de famílias, onde não se têm mais a figura do pai como o chefe/responsável pela renda, regidas por mães solteiras ou mães casadas que são as principais ou exclusivas gestoras do lar, fica uma questão que buscarei achar a resposta no final desta pesquisa: quais são os fatores que provocam a formação, cada vez mais comum, de famílias chefiadas por mulheres, onde o pai não faz parte do conjunto, ou não é mais o principal responsável pelo sustento e/ou administração familiar castroalvense?

O fato de fazer parte de uma família nuclear incompleta, ser filho de mãe solteira, foi o principal motivo que me fez escolher esse tema, outro fator

motivador foi a percepção de um aumento significativo desse tipo de famílias na cidade de Castro Alves-BA. Por não se tratar apenas de um fato novo, muito menos local, mas também mundial e crescente, é de fundamental importância que as ciências sociais tenham em mãos dados que explique a nova configuração do modelo familiar.

Esta pesquisa tem o objetivo de:

- Analisar a nova ordem do núcleo familiar e seus comportamentos sociais;
- Identificar os fatores sociais responsáveis pela transformação no conjunto da família castroalvensense;
- Compreender as mudanças que proporcionaram à mulher a ascensão na administração familiar.

Acredito que a falta do planejamento familiar, a ascensão da mulher na sociedade, o apoio da mídia à liberdade de escolha e de conduta, o desemprego de pais de famílias, o divórcio, a viuvez são os principais fatores motivadores da formação de famílias que se encontram fora do modelo nuclear tradicional, ou seja, sem a chefia do pai.

Nesse processo de produção teórica, procurei utilizar uma linguagem compreensível, acessível a todos que tenham o interesse em utilizar esse trabalho para fins de interesse social, político, econômico e cultural. Pois se estou fazendo ciência, logo devo ser claro e objetivo, sem deixar espaços para falsas interpretações. Procurei fazer uma relação histórica dos fatos, a fim de proporcionar uma melhor compreensão do assunto em questão. Propus-me a

discutir em primeiro plano a origem da família, suas fases e seus processos de organização. Em seguida tratar sobre o processo histórico-social da mulher, na sociedade e na família, desde o início das primeiras civilizações até os tempos atuais, relatando sua trajetória na sociedade ocidental, fazendo uma narração de sua condição de submissão, suas dificuldades, seus anseios, suas lutas e suas conquistas, para tanto encontrei uma base forte em diversos teóricos preocupados com o tema em questão. No processo de pesquisa de campo procurei utilizar o método quantitativo. Fiz entrevistas diagnósticas com 100 alunos do ensino fundamental Luís Eduardo Magalhães da cidade de Castro Alves-BA, com o intuito de identificar o número de alunos que se identificam como integrantes de famílias chefiadas por mulheres, separando zona rural de zona urbana. Após encontrar o percentual de famílias nas condições acima, busquei aplicar um questionário em 50% destas, nas duas zonas supra citadas, a fim de identificar os principais fatores que levam as mulheres a assumirem a chefia familiar, para isso utilizei questões fáceis de serem compreendidas, como faixa etária, grau de escolaridade, estado civil, renda individual e familiar, fatores que as levaram a assumir a chefia do lar, como se sentem ocupando a chefia familiar, se têm dificuldades ou se vêem vantagens nas suas condições, e se desejam passar a chefia para um homem. O resultado foi previsível em algumas questões e surpreendente na maioria delas. Por exemplo a maioria das chefes de famílias tem um companheiro no lar, e o que aparentemente pareceria normal é que fosse o contrário, que a minoria fosse acompanhada de um cônjuge, outra questão foi que mais de um terço atribuíram à iniciativa pessoal o motivo da sua posição no domicílio. Elas não

admitiram se sentir mal ocupando a chefia familiar e a minoria deseja passar para um homem a chefia do lar.

Na etapa seguinte utilizei o método qualitativo para entrevistar quatro mulheres chefes de famílias, três da zona urbana e uma da zona rural, com o intuito de saber as suas histórias suas trajetórias do nascimento até chegar a situação de chefe de família, suas dificuldades, suas crenças, seus princípios e outros detalhes que ao longo da entrevista foi revelado. Na análise de dados procurei discutir os resultados de uma maneira coerente e cautelosa, analisando e comparando os gráficos com a realidade perceptível das famílias estudadas.

1. A ORIGEM DA FAMÍLIA

Desde os tempos mais remotos que o homem procura viver lado a lado dos seus entes, constituindo assim uma família, a qual atravessou gerações, passando por diversas configurações dependendo da sua localização de tempo e espaço.

Engels citando Morgan no seu livro “ A origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado” (1884), descreve quatro tipos de família: a consangüínea, a punaluana, a sindiásmica e a monogâmica. Cada uma numa determinada época e local.

A família consangüínea se caracterizou pelo casamento entre irmãos e primos de primeiro e segundo grau. Essa forma de família, na visão

evolucionista de Morgan, já era considerada avançada no que diz respeito à exclusão de relações sexuais entre pais e filhos.

Já na família punaluana a evolução estava pautada na exclusão das relações sexuais recíprocas entre irmãos, um processo considerado difícil dada a maior igualdade na idade dos participantes.

A analogia entre as famílias consangüínea e a punaluana é o casamento em grupo, fator que desaparece com aparecimento da família sindiásmica.

Segundo Engels (1884), a família sindiásmica surgiu devido à proibição do matrimônio entre parentes consangüíneos, ficando cada vez mais difícil as uniões por grupos. Essa forma de organização familiar se caracterizou pelo conjunto de um homem, uma mulher e filhos, onde foi assegurado ao marido o direito de poligamia e a infidelidade ocasional, sendo a mulher cruelmente castigada em caso de adultério. No entanto, qualquer uma das partes poderia dissolver o vínculo conjugal, ficando o filho em posse exclusiva da mãe. Nesse estágio o homem assumiu a posição de chefe de família enquanto a mulher foi rebaixada a simples instrumento de reprodução, segundo Engels(1884).

O surgimento da propriedade privada foi um fator determinante para o nascimento da família monogâmica, devido à necessidade de provar a paternidade dos herdeiros. A monogamia veio assegurar que o patrimônio do pai não fosse parar nas mãos dos “falsos filhos”. Entretanto o adultério pôs em risco a hereditariedade dos bens.

Dentre os tipos de famílias apresentadas, a monogâmica foi a que mais se alterou no processo histórico, das primeiras civilizações aos tempos atuais.

Da família sindiásmica até determinado período da Idade Contemporânea o casamento ocidental ainda era arranjado pelos pais, salvo a família protestante, que segundo Engels(1884), dava uma certa liberdade aos filhos para procurar a mulher dentro da sua classe social. Na burguesia católica o que determinava as uniões conjugais, era a análise econômica dos pais, o que resultava na ausência do amor e conseqüentemente em adultérios.

Desde que o homem passou a exercer o papel central na família, o que acontecia desde a família sindiásmica, a mulher passou por vários estágios de subordinação: de simples instrumento de procriação à escrava da luxúria do homem.

Por não ter participação no sustento da família, a mulher se resumia aos serviços domésticos. Essa situação a colocou na posição de submissão, e por muito tempo essa foi a sua condição na sociedade.

Para Engels(1884), quando processo de industrialização ausentou a mulher do lar, colocando-a nas fábricas, esta assumiu um nova postura na família. Era o início de uma libertação econômica dentro do conjunto familiar.

Até esse ponto, a história conta as diversas fases da família, e o que se percebe é que o fator econômico foi determinante para as transformações familiares no processo histórico. Hoje, outros fatores como sociais, culturais, políticos, religiosos, além do econômico, também são considerados responsáveis pelos novos comportamentos e configurações familiares.

O atual Código Civil Familiar reconhece e prega a igualdade de gêneros na administração familiar, mostrando uma evolução no âmbito das leis e uma

libertação dos preconceitos sexuais que contaminavam as legislações anteriores, quando no Artigo 1.511 diz: “O casamento estabelece comunhão plena de vida, com base na igualdade de direitos e deveres dos cônjuges”. E reitera no Artigo 1.567: “A direção da sociedade conjugal será exercida, em colaboração, pelo marido e pela mulher, sempre no interesse do casal e dos filhos”.

2. A POSIÇÃO DA MULHER NO CASAMENTO

Até certa época da nossa sociedade, e ainda hoje em determinadas culturas, o casamento é o sonho de toda mulher. Não podemos afirmar se o sonho está na formação da instituição familiar: ter casa, marido e filhos; No glamour da cerimônia: Vestido de noiva, convidados, festa, lua de mel etc. ; ou nas união das duas coisas.

De uma forma ou de outra, o fato é que o casamento foi institucionalizado na sociedade, e principalmente no campo religioso tornou-se o princípio básico para a formação da família. Sua origem é contada de formas diferentes, de acordo ao campo que o discute.

Segundo os historiadores, a história do casamento remonta à Roma Antiga, quando teria surgido a cerimônia religiosa com a presença da noiva, vestida especialmente para a ocasião, com destaque para as flores brancas e espinhos presos ao cabelo. As flores representariam a felicidade e a vida longa e os espinhos afastariam os maus espíritos. Mais tarde foi acrescentado o véu, em referência à deusa greco-romana Vesta, protetora do lar, simbolizando a honestidade e a virgindade, virtudes imprescindíveis para uma boa prole e a continuação do “sangue”, segundo os costumes da época. Foram os romanos também a criar um “direito do casamento”, instituindo a monogamia. Na idade média as mulheres perderam o direito de escolher seus maridos e isso ficou sendo uma decisão das famílias, que reservavam as meninas desde muito cedo para determinado parceiro. O noivado ganhou muita importância, com a troca de alianças entre as famílias comprometidas mutuamente – e financeiramente – através do compromisso dos noivos. Nesta época o vermelho virou a cor preferida, simbolizando o sangue novo da

nova família. Surgiram as celebrações suntuosas, tendo a rainha Vitória, na Inglaterra, usado o primeiro vestido de noiva tal como conhecemos hoje em dia. Ela também teria inaugurado o “casamento por amor”, o sentimento básico que deveria unir um homem e uma mulher.¹

Na idade Média, o casamento foi marcado pela escolha do noivo por parte da família da noiva. Nessa época o amor não era fator essencial para a união conjugal, pelo menos na mentalidade dos pais da noiva. O que prevalecia era a condição financeira e social do noivo, o qual, tempos depois, foi intitulado de “bom partido”. Esse tipo de matrimônio ficou conhecido como casamento arranjado e durou até meados do século XX.

“Lugar de mulher é na cozinha”, quem nunca ouviu essa piada? Até pouco tempo, fomos educados nas escolas e nas igrejas que o pai é o chefe da família. Segundo os discursos conservadores cabe ao homem comandar e suprir as necessidades da família, enquanto cabe à mulher a administração dos serviços domésticos e criação dos filhos. Acredito que muitas mulheres gostariam de saber quem o autor de tal regra. Partimos então do argumento religioso:

Desde a narrativa bíblica da criação a mulher foi colocada em posição de subordinação ao marido. Associada a essa idéia de que a mulher provém da matéria-prima do homem, fez com que se sedimentasse a idéia de inferioridade da mulher perante o homem. (...) A essa construção se associou o castigo imposto à mulher por haver ouvido as sugestões da serpente e passado-as ao marido Adão, que as aceitou de pronto. Mas não se cogitou, também, da fraqueza do mesmo Adão, que ao ser inquirido por Jeová sobre sua desobediência, não só não assumiu sua culpa como acusou o

¹ OLIVEIRA, Joelson. **O casamento das sementes**. Comissão pastoral da terra.
<http://www.cpt.org.br/?system=news&action=read&id=139&eid=128>

próprio Jeová por sua desobediência, respondendo: [...] A mulher que me deste por esposa, ela me deu da árvore e eu comi”²

Segundo a interpretação que muitos fazem da Bíblia, a mulher (Eva), foi a principal responsável, por todo sofrimento que a humanidade vem passando. Ao diabo disfarçado de serpente deram o papel coadjuvante, mas Eva foi condenada a levar a culpa das leis naturais por toda a existência da humanidade. O pior de tudo é que as descendentes de Eva herdaram a sua condenação.

Nos séculos IX e X as uniões matrimoniais eram freqüentemente combinadas sem o consentimento da mulher, a qual era sempre muito jovem. O casamento foi fortemente influenciado pelo Direito Canônico, o qual introduziu alterações jurídicas na estrutura familiar com a indissolubilidade do vínculo matrimonial.

À mulher, a única realização possível era o casamento e a maternidade, pois eram consideradas destituídas de mentalidade racional. Sua única vantagem era a maternidade, que lhe conferia a educação dos filhos, sempre sob a supervisão e autoridade do marido. Sua educação restringia-se às prendas domésticas, à prática da virtude e da obediência ao futuro esposo. O namoro e noivado eram um ritual onde a jovem aprendia a ser submissa ao futuro marido, como fora ao pai. A maioria das meninas era analfabeta mesmo, e as que estudavam não passavam das primeiras letras, mesmo nas classes

² CANEZIN, Claudete Carvalho. **A MULHER E O CASAMENTO: DA SUBMISSÃO À EMANCIPAÇÃO** http://www.flaviotartuce.adv.br/secoes/artigos/claude_t_mulher.doc

mais abastadas.³

Segundo Canezin(2006), O aspecto mais impressionante na estrutura familiar vigente até poucas décadas, sempre foi o aparente conformismo ostentado pela mulher frente à condição de sujeição imposta pela lei e pelos costumes: crescia submissa ao pai e continuava pela vida toda submissa ao marido – só trocava de senhor – continuando “serva” do marido e dos filhos. Conquanto essa servidão fosse até cumprida com amor, afeto e respeito recíproco, o que fazia com que o fardo não lhe parecesse demasiado pesado; todavia, muitas das vezes havia que ser suportado apenas pela dependência econômica do marido, pois a mulher era tradicionalmente educada para procriar e obedecer ao esposo-chefe, sem outras pretensões pessoais.

Canezin (2006) atribui a três fatos históricos a reviravolta da condição da mulher no domicílio conjugal:

Mas a revolução industrial e as duas grandes guerras alteraram valores morais, éticos e políticos, e com eles, os valores individuais, como direito à vida, à liberdade, à realização pessoal e profissional, quase que repentinamente, espoucaram nos espíritos das pessoas, e na Europa surgiram os movimentos de vanguarda em prol da paz, da vida, das liberdades individuais de toda espécie e, mais importante, movimentos pela igualdade entre homens e mulheres, pois que estas haviam demonstrado, soberbamente, de quanta valentia e competência eram capazes. (Canezin 2006).

Ainda segundo a autora o ano de 1962 foi marcante para as brasileiras casada:

Mas em 1.962, grande conquista obteve a mulher com a Lei 4.121/62, o **Estatuto da Mulher Casada**, que representou um marco histórico na luta pela igualdade de direitos entre homens e mulheres, no Brasil, cujo maior mérito foi abolir da legislação brasileira a incapacidade feminina, igualando-a aos silvícolas. Por essa Lei, também foram revogadas diversas normas discriminadoras.[...] Através do Estatuto da

³ www.flaviotartuce.adv.br/secoes/artigos/clatudete_mulher.doc

Mulher Casada ficou consagrado o princípio do livre exercício de profissão da mulher casada, permitindo que ela ingressasse livremente no mercado de trabalho, tornando-a economicamente produtiva, aumentando sua importância nas relações de poder no seio da família. (Canezin, 2006)

Hoje, graças a luta de ativistas feministas, discussões acadêmicas sobre gêneros, melhor condição econômica, e a entrada no campo político, a mulher vem conseguindo quebrar de maneira significativa as correntes do machismo conjugal, e numa razão direta, vem conquistando espaço no domicílio e igualando posições.

3. GÊNERO

Antes mesmo do início da civilização já se tem indícios de que o sexo masculino ocupa posições superiores às das mulheres, primeiro como pretexto religioso, depois social. Na hierarquia religiosa, o cargo mais alto sempre foi representado pela figura masculina, Zeus, Júpiter, Rá, Oxalá, Buda, Javé, Alá⁴, até no taoísmo onde se prega o equilíbrio de forças: Yin e Yang –positivas e negativas - o Yang, força positiva, representa o masculino, enquanto o Yin representa a força negativa e feminina⁵. Então, numa visão ocidental, a mulher se apresenta, não como inferior, mas na oposição do positivo que é considerado como “real, efetivo (...) evidente, indiscutível” (XIMENES, 1954). Na matemática, ainda se tratando desse dualismo, o positivo é tudo que está acima, que é maior que zero, enquanto o negativo é tudo que é menor, que está abaixo de zero. Portanto, mesmo com a idéia de equilíbrio de forças que o oriente tem, a mulher se encontra do lado pejorativo, pois negativo, segundo

⁴ Divindades das religiões grega, romana, egípcia, romana, budista, cristã e islâmica.

⁵ http://regional.bvsalud.org/php/decsws.php?tree_id=K01.752.967&lang=pt&PHPSESSID=ab1

Ximenes(1954), é o que contem negação, inútil, sem efeito, de resultado contrário ao desejado. Assim, se percebe que a figura do feminino não tem nenhum espaço na posição de superioridade no campo religioso. O que se vê, através dos dados históricos é a mulher como coadjuvante de uma história em que o homem sempre foi mostrado como o personagem principal.

A religião, por muito tempo esteve ligada ao Estado, e dentre as diversas analogias dessas duas Instituições está o tratamento dispensados às mulheres. Já discutimos no capítulo anterior, quando falamos de Engels(1884), que a mulher perdeu a sua liberdade sexual com o intuito de garantir ao homem a legitimidade da paternidade. Gherpelli(2001), afirma que foi a queda da crença na magia, um possível pretexto para tal fato:

Durante milhares de anos, a mulher usufruiu de liberdade sexual. Não havia submissão e a idéia de casal não existia. Cada mulher tinha direito a todos os homens e todos os homens a cada mulher. O instinto sexual na mulher era tão natural como dormir e se alimentar. Até que um dia, por força das circunstâncias, os humanos precisaram deixar de ser nômades, se fixar num pedaço de terra e domesticar os animais. Essa mudança de vida fez os homens descobrirem o que, até então, acreditavam ser uma magia feminina: que eles também tinham parte na procriação. A partir daí, a condição sexual da mulher mudou. Surgiu a noção de casal e o conceito de patrimônio. Portanto, para garantir a fidelidade da mulher e a paternidade dos filhos, a mulher passou a ser propriedade do homem. Tanto que castigá-la severamente, ou até mesmo matá-la, era considerado o exercício de um direito. Direito este que, até hoje, muitos homens ainda julgam ter, quando matam suas mulheres alegando defesa da honra.⁶

Durante todo o processo histórico onde se arrastou a condição de subordinação da mulher, assistimos a dois estágios: o primeiro de passividade durante as Idades Antiga, Média e Moderna e depois de atividade na Idade Contemporânea, logo após a Revolução Francesa. Em 1789, o movimento

⁶ GHERPELLI, Maria Helena B.V. **A cortesã e o aprendizado de ser mulher**, 2001, disponível em http://www2.uol.com.br/aprendiz/n_simulado/sextips/artigo/art05_02.htm

feminista questiona o sistema político e social vigente, na época, na França e no resto do Ocidente, encorajando as mulheres a denunciar a sujeição em que eram mantidas em todas as esferas. E a partir de então o mundo assistiu a uma luta cada vez mais intensa pela igualdade de direitos entre os gêneros.

Canezin(2006) relata em breves linhas a trajetória da mulher para chegar onde antes só era visto como lugar do homem:

Por caminhos lentos e nem sempre compreendidos ou indicados, percorridos com lágrimas muitas vezes, foram as mulheres rompendo o jugo marital que sobre elas recaía, conquistando espaço e respeito no seio da família e na sociedade, tal a competência e espírito de luta com que se houberam na reivindicação de seus direitos de igualdade. Se inicialmente era considerada apta somente para o desempenho de funções mecânicas nas indústrias, passou a ser respeitada em outras profissões: no início, timidamente se infiltraram em carreiras ditas “masculinas”, como a advocacia, medicina e outras. Em duas décadas, outra geração mais aguerrida ainda, fez dessas profissões e outras como a física, biologia, aeronáutica, mecânica, etc., carreiras plenamente acessíveis ao intelecto e desenvoltura femininas. Hoje não mais se discute a capacidade, competência, habilidade ou inteligência femininas para o desempenho de nenhuma profissão ou função: ela tem respondido com tamanha eficiência em todas as áreas em que se propõe realizar um trabalho que não deixa margem a qualquer dúvida.(Canezin, 2006)

No Brasil, a partir dos anos 80, os estudiosos feministas introduziram o conceito de gênero nos meios acadêmicos. Ao contrário do que muitos pensam, gênero não significa o mesmo que sexo. “Enquanto sexo se refere à identidade biológica de uma pessoa, gênero está ligado à sua construção social como sujeito masculino ou feminino” (LOURO, 1996, p.9). Fica então uma questão: por que separar sexo de gênero? A quem interessa essa distinção? Durante o processo de pesquisa sobre gênero confesso que fiquei inquieto para saber o motivo de tal separação conceitual. Pois bem, pude perceber que houve a necessidade de diferenciar para igualar, ou seja diferencia-se conceitos e iguala-se papéis. Segundo Louro (1996), sexo é um conceito natural, universal e imutável, sendo assim o sexo feminino tem

características e funções diferentes do masculino. Essas diferenças biológicas foram pretextos para direcionar as mulheres à funções inferiores a dos homens. Aliás, por muito tempo ouvimos a expressão “sexo frágil” para se referir às mulheres. Louro(1996) afirma que separar os conceitos de sexos e gênero é necessário na luta contra os argumentos da biologia:

Se a distinção entre gênero e sexo pareceu extremamente necessária num contexto de luta contra as interpretações biologistas – que viam nas diferenças biológicas uma explicação e uma justificativa para a desigualdade entre homens e mulheres -, ela também pode ter ajudado a promover uma forte separação entre estas duas categorias. LOURO,1996, p.10

Hoje, não podemos deixar de admitir que existem funções de sexo, pois nem sempre podemos burlar as leis naturais. Então engravidar, parir, amamentar sempre foi uma função do feminino, porém quando falamos de gêneros não podemos afirmar que existem papéis femininos ou masculinos. Por exemplo, de quem é a responsabilidade pela administração familiar? Quem deve orientar os filhos na educação sexual? Quem deve pagar pensão alimentícia em caso de separação? Quem deve pagar a conta do restaurante? As respostas ficam a cargo das situações, são relativas. Os papéis sociais não são mais designados, hoje vemos mulheres na área militar, na construção civil, nos serviços mecânicos, sendo astronautas e outras profissões que antes só eram vistas como masculinas. Por outro lado vemos homens atuando como babás, bordadeiros, empregados domésticos, manicure e pedicure, vendendo acarajé, ou seja, não se pode mais falar em papéis específicos para determinado gênero, mesmo que em algumas instituições, como na Igreja Católica, as mulheres ainda estejam privadas de exercer papéis como a celebração de casamentos e o pontificado. Nesse caso a questão é dogmática,

é de tradição religiosa. Isso não significa dizer que uma mulher não saiba celebrar um casamento ou não tenha a capacidade ocupar o ponto mais alto da hierarquia católica.

Portanto, acredito que a separação dos conceitos foi necessária, pois sendo o sexo a identidade biológica, as suas funções são predefinidas. Enquanto no conceito de gênero não existem papéis designados, não há limitações, tanto o homem quanto a mulher podem ser habilitados a ocupar qualquer papel social.

3.1. A ASCENSÃO DA MULHER

A igualdade de gêneros na família ainda não é plena, vem sendo conquistada devido aos fatores que proporcionam à mulher uma libertação econômica como o aumento da participação feminina no mercado de trabalho.

Essa luta pela igualdade de direitos entre os gêneros atravessa gerações e fronteiras. Na Grécia Antiga, as mulheres não eram consideradas cidadãs, não podiam votar, nem ocupar cargos públicos.

No Brasil, somente em 1932, com governo de Getúlio Vargas que promulgou o novo Código Eleitoral pelo Decreto nº 21.076, de 24 de fevereiro, que as mulheres finalmente tiveram direito ao voto. Ainda no Brasil, um pouco antes em 1917, As mulheres ganharam o direito de ingressar no serviço público. Mas o que marcou profundamente a história da luta feminina por

direitos iguais foi o dia 8 de março de 1857, em Nova York (EUA), onde 129 operárias morreram queimadas pela força policial, numa fábrica têxtil Cotton, por terem ousado reivindicar a redução da jornada de trabalho de 14 para 10 horas diárias e o direito à licença-maternidade.⁷

A Revolução Industrial lançou a mulher nas fábricas, onde lá ganhavam muito menos que os homens. Apesar das diferenças e da discriminação frente ao sexo masculino, esse processo possibilitou à mulher uma nova postura frente à família. Agora ela também faz parte do sustento da casa e, de uma forma crescente, vem assumindo a chefia familiar como mostra uma pesquisa feita pelo IBGE, que de 1991 para 2000, os domicílios chefiados por mulheres aumentaram quase 37%, passando de 18,1% para 24,9%.

Esse aumento se deve a vários fatores, um dos quais já existe desde a família sindiásmica: a dissolução do vínculo conjugal, conhecido hoje como divórcio e considerado por Engels (1884) como “benefício, tanto para ambas as partes quanto para a sociedade, quando o afeto desaparece ou é substituído por um novo amor”.

3.2 DIVÓRCIO

Para os defensores do discurso contra-revolucionário, o divórcio é “intrinsecamente perverso” e é preciso retomar o ideal segundo o qual o casamento deve se apoiar na dependência das mulheres em relação à autoridade dos pais (ROUDINESCO, 2003, p.42).

⁷ **Cronologia feminina**, disponível em <http://www.agende.org.br/cronologiafeminista/mundo.php>. acessado em 30 mai. 2006.

Pedersen (2006), no seu artigo *Política Sexual em Comte e Durkheim: Feminismo, História, e a Tradição Sociológica Francesa*, deixa uma questão interessante a respeito da legalização do divórcio:

Desde a Revolução Francesa, no século anterior, republicanos e católicos romanos tinham discutido sobre se o casamento era um serviço civil ou um juramento solene sagrado, e se o divórcio era o simples término de um contrato legal ou a rejeição pecaminosa de uma promessa permanente. Para republicanos e socialistas no fim do século XIX, legalizar o divórcio era um aspecto importante de seu programa anti-clerical, parte de uma tentativa de estabelecer uma sociedade secular igualitária. Alfred Naquet, que conduziu a campanha por divórcio legal nas primeiras décadas da Terceira República, explicou em 1881: “O primeiro avanço da mentalidade clerical contra a mentalidade democrática moderna foi a revogação do divórcio: portanto, a primeira vingança do espírito democrático contra o espírito clerical deveria ser o restabelecimento do divórcio” (Naquet 1881, 1). Para as feministas, o divórcio era um importante símbolo da autonomia da mulher, garantindo o direito de abandonar um casamento ruim. O primeiro Congrès international du droit des femmes anunciou em 1871 “que a indissolubilidade do casamento é contrário ao princípio da liberdade individual e à moralidade” e exigiu “o direito absoluto ao divórcio” (Congrès international du droit des femmes [1878] 1983, 133-34).⁸

Nota-se que a legalização do divórcio não foi apenas um direito adquiridos às mulheres, mas também o resultado da “queda-de-braço” entre os sistemas clerical e republicano francês do século XIX.

Durkheim (1897) ao estudar o suicídio pode verificar que existiam concepções diferentes entre homens e mulheres a respeito do casamento e do divórcio e através das palavras de Pedersen(2006) afirma que “embora homens e mulheres tivessem interesses comuns em formar famílias, eles tinham interesses opostos sobre o casamento, que era bom para os homens, e

⁸ PEDERSEN, Jean Elisabeth. **Política Sexual em Comte e Durkheim: Feminismo, História, e a Tradição Sociológica Francesa**. 2006.

sobre o divórcio, que era bom para as mulheres” e mostrando dados do estudo de Durkheim fundamenta:

Enquanto homens casados se matavam menos do que solteiros, mulheres casadas e sem filhos na verdade se matavam mais que as solteiras. Similarmente, em países onde o divórcio era permitido a taxa de suicídio masculino era maior, mas a taxa de suicídio feminino menor. (idem).

A Emenda Constitucional número 9, de 28 de junho de 1977, permitiu a instauração do divórcio no Brasil e a lei nº 6.515/77 o regulamentou. Mas apesar do direito adquirido, o que dificultou o divórcio em nossa sociedade não tão distante foram os seguintes aspectos: a) cultural, na medida em que ser mãe solteira ou mulher descasada não tinha uma boa aceitação na sociedade; b) religioso, uma vez que concedido o divórcio, a Igreja Católica não aceita mais uma nova constituição familiar; e c) econômico, haja visto que a atitude de prover o sustento do lar se torna mais complexa quando o chefe se afasta e a substituição do cargo recai sobre a mulher, quando esta se encontra desprovida de base financeira. Mas hoje, depois de derrubadas inúmeras barreiras culturais, religiosas e econômica, o divórcio se tornou comum, como mostra o IBGE na pesquisa de Registro Civil 2004, onde foram registrados 130.527 divórcios e 806.968 casamentos em todo o Brasil, ou seja, 16,17% das pessoas que se casam, pedem o divórcio.

O fator econômico, que por muitas vezes dificulta a mulher em pedir a separação, quando visto de outro ângulo, acaba levando a mesma a ter interesse numa gestão familiar independente, é o caso de uma melhor condição financeira da parte feminina. Roudinesco(2003), separou dois capítulos do seu livro “A família em desordem”, para falar da mulher

independente. Com uma maior participação da mulher no mercado de trabalho, e conseqüentemente um maior número de mulheres independentes dos maridos, se tornou natural a opção de não dividir a vida com homens, que muitas vezes, no lugar de conduzir ou ajudar na administração do domicílio, ao contrário, acaba tirando a liberdade e o sossego da companheira.

Apesar do poder familiar ter passado a maior parte do tempo nas mãos dos homens, principalmente na família patriarcal, um fato é verídico: o homem sempre dependeu da mulher para dar continuidade à sua “gens”, para gerar a hereditariedade durante gerações e para garantir a “imortalidade” do seu sangue que passaria de herdeiros para herdeiros.

Desde sempre, os homens, incapazes de reproduzirem eles mesmos os seus semelhantes, tiveram que aceitar recorrerem às mulheres para fabricar seus filhos e lhes transmitir seu nome. Obrigados a lhes confiar essa tarefa, haviam cuidadosamente regulamentado e dominado o corpo de suas companheiras (..). E eis que agora, elas lhes escapavam reivindicando o direito ao prazer, negligenciando seu dever procriador (Roudinesco, 2003 p. 149).

O homem, que sempre esteve na posição de dominante, passou a se sentir ameaçado, pois a gora, a mulher é consciente que detêm o controle da procriação.

Foi logo depois da Segunda Guerra Mundial que as técnicas de regulação dos nascimentos substituíram progressivamente o *coitus interruptus* e o uso dos preservativos masculinos. Seja com a ajuda do planejamento familiar ou recorrendo às diferentes técnicas destinadas a impedir a fecundação — dispositivos intra-uterinos, pílula, aborto —, as mulheres conquistaram, ao preço de lutas difíceis, direitos e poderes que lhes permitiram não apenas reduzir a dominação masculina, mas inverter seu curso. Seus corpos se modificaram juntamente com seus gostos e suas aspirações. (Roudinesco, 2003 p. 150).

3.3. OS MEIOS DE LIBERTAÇÃO DA MULHER.

Beauvoir (apud ROUDINESCO,2003,p.143), separa a feminilidade da maternidade, tal separação mostra uma mulher que, na relação sexual, tanto pode cumprir o ato da procriação quanto exercer o direito do prazer. E nessa perspectiva, as mulheres vão descobrindo que têm um sexo. Ao abordar a sexualidade afirma: “ quanto mais a frustração diminuía, mais o divórcio se normalizava e mais famílias nuclear afetiva se reduzia a uma ‘díade conjugal’ incessantemente recomposta”. (ROUDINESCO, 2003, p.146).

Mesmo sendo ciente do controle da procriação, a mulher ainda se achava dependente do homem para também dar origem a seus semelhantes, e essa situação ainda a mantinha sob o “colonialismo masculino”. Mas o que nenhuma das partes imaginava ser possível, tornou-se realidade. Assim como a mídia ajudou a romper barreiras culturais, a Revolução Industrial promoveu a independência econômica, a tecnologia não podia ficar de fora, fez a sua parte, agora a mulher não depende mais do parceiro nem para procriar, a ciência apresentou à mulher as suas mais novas armas e ao homem a suas maiores ameaças, no que diz respeito à constituição familiar: a inseminação artificial e a clonagem. Na primeira técnica, apesar da ovulação só se dá a partir da união do espermatozóide com o óvulo criando uma dependência do recurso biológico masculino: espermatozóide, a mulher não necessita da relação sexual, está independente do contato corporal masculino, seja na união conjugal estável ou simplesmente na relação casual sem nenhum laço afetivo, pois assim como um receptor de sangue, muitas vezes, não sabe quem foi o doador responsável pela salvação da sua vida, ficando isento de qualquer ato de gratidão, a mulher

que opta pelo banco de esperma também está livre de qualquer satisfação ao doador responsável pela sua procriação. Já a segunda técnica, a clonagem de seres humanos, vem provocando muita polêmica na ética humana, principalmente no campo religioso, o que certamente dificulta a acessibilidade a esse método de reprodução. No entanto já se revelam algumas clonagens no campo humano. O professor sul-coreano Woo Suk Hwang e sua equipe criaram embriões que são cópias genéticas exatas das mulheres que doaram óvulos e células para fazê-los.

A ciência ainda enfrenta algumas dificuldades no processo de clonagem humana, principalmente no que se refere a ética. Não sabemos quanto tempo os cientistas ainda precisaram para por em prática esse meio de reprodução. Mas é possível perceber que estamos caminhando para uma independência feminina no método da procriação, pois diferente da inseminação que necessita do espermatozóide, a clonagem depende apenas do óvulo e de uma célula que pode ser da própria mulher.⁹

Essas novidades proporcionaram à mulher uma posição de independência na questão da procriação. Agora, para muitas delas, de melhores condições financeiras e dispostas a usufruir dos recursos científicos, a única ligação que as prendem aos homens é o desejo sexual natural, o que Freud chama de “libido”, e dessa vontade de sentir prazer não é fácil fugir. Mas para sentir prazer não é necessário ser casada ou estar em algum tipo de união estável. As mulheres podem simplesmente optar por outros meios, como a relação sem nenhum tipo de compromisso, popularmente conhecida com

⁹ Entenda o processo de clonagem humana, 2004. disponível em http://noticias.terra.com.br/ciencia_interna/0,,OI267415-EI297,00.html, acessado em 19 jun. 2006.

“ficar”, ou podem procurar os “serviços” de garotos de programas que estão à disposição desde quando paguem bem. O curioso é que até na busca do prazer o sexo feminino encontra concorrência, uma pesquisa mostra que o: “Os homens são a maioria dos clientes dos garotos de programa. 40% são gays, 40% são homens casados, 10% são casais e o restante é de mulheres casadas, solteiras e curiosas”. PINHEIRO (2006)¹⁰

Voltando ao setor econômico, o capitalismo lançou homens e mulheres na concorrência salarial. Aos poucos, as mulheres vêm lutando para igualar seus salários. Uma batalha que não está sendo fácil, pois segundo um matéria do jornal O Estado de São Paulo, de 07/03/06, as mulheres brasileiras ainda recebem em média 75,6% dos salários recebidos pelos homens¹¹, uma desigualdade bastante significativa apesar das reivindicações feminista. Por outro lado percebemos que as mulheres vêm ocupando os lugares dos homens em diversos setores da economia. Na Bahia, por exemplos, elas são a maioria no cenário dos cargo públicos.

As mulheres já são maioria absoluta no serviço público estadual. Levantamento da Secretaria da Administração (Saeb) mostra que, do total de 178.626 servidores públicos em atividade no Estado, 58%, ou seja, 105.094, são do sexo feminino. A mesma realidade, em proporção um pouco menor, é observada nas diversas esferas do setor público da Região Metropolitana de Salvador (MS). De acordo com a Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), no segundo semestre de 2005, 52,7% dos postos disponíveis na RMS eram ocupados pelas mulheres.¹²

¹⁰ PINHEIRO, patrícia. **Jovem se prostituem para aumentar a renda da família.** disponível em <http://www.bireme.br/bvs/adolec/P/news/2001/06/1420/violência/001.htm>. acessado em 30 mai. 2006.

¹¹ <http://www.estadao.com.br/ultimas/economia/noticias/2006/mar/07/279.htm>

¹² **Assessoria Geral de Comunicação Social do Estado da Bahia**, Mulheres são maioria no serviço público estadual, disponível em http://www.agecom.ba.gov.br/exibe_noticia.asp?cod_noticia=18461, acessado em 15 jun de 2006.

As estatísticas mostram que muitos lares são regidos por mulheres, fenômeno devido as suas posições econômicas serem superiores as dos maridos. Portanto, podemos perceber que para as mulheres assumirem a chefia familiar não é necessário a ausência do marido, mas pode depender também do seu status financeiro.

4. CONDIÇÃO INDESEJADA

Até aqui discutimos apenas as novidades que beneficiaram a mulher, que lhe deram o direito de escolher se querem ou não a presença do marido, ou ainda fatores que proporcionaram a ascensão do sexo feminino no âmbito familiar, como a independência econômica, as quedas de tabus culturais, a nova legislação e a tecnologia no método da reprodução.

Agora pretendo abordar, ao contrário do que já foi discutido, as dificuldades sociais que levaram as mulheres a ocuparem a chefia da família, e nesse leque temos a viuvez, o abandono do lar por parte do marido, o desemprego do cônjuge, a violência doméstica e a gravidez pré-nupcial não assumida pelo pai da criança.

4.1 VIUVEIS

A morte é o encontro mais verídico que podemos conhecer, é um fato natural. O casamento faz parte da criação do homem, fundamentado pela religião como ordem divina. Podemos dizer então que é um fato social. A viuvez é a junção dos dois fatos: natural e social. Natural pelo fato da morte

fazer parte do ciclo da vida/natureza, e social por se tratar do fim de uma relação entre seres sociais. A morte do chefe de família, muitas vezes, deixa a viúva em uma situação de desequilíbrio financeiro, haja visto que nem sempre esta fica amparada por uma pensão por morte previdenciária. Ficando ou não amparada financeiramente, a viúva passa a ser responsável pela gestão familiar, e a partir daí fortalece a estatísticas, cada vez mais crescente, de mulheres chefes de família. Muitas delas não ficam muito tempo nesse posto, pois por circunstâncias econômicas ou sentimentais, acabam entregando a chefia do domicílio para um novo cônjuge, formando assim a chamada “família recomposta” (ROUDINESCO, 2003, p.10).

4.2 DESEMPREGO PAIS DE FAMÍLAS

Cito agora um problema que preocupa a sociedade em âmbito geral: o desemprego, no nosso caso, o desemprego de pais de famílias. Esta situação vem contribuindo de maneira significativa para a nova configuração da administração familiar, já que o casamento, desde Engels(1884), já era considerado resultado de interesses econômicos. É culturalmente comum, apesar da nova mentalidade feminista, que o homem seja o principal ou exclusivo responsável pela renda familiar. Porém, muitos chefes de famílias acabam se deparando com a concorrência imposta pelo capitalismo em diversos setores, e podemos tomar como exemplos o direcionamento de funções humanas às máquinas- caixas eletrônicos no lugar de bancários,

braços mecânicos no posto de braços humanos, e-mails ao invés dos serviços dos carteiros; a falta de investimento na formação profissional; assim como a crescente concorrência das mulheres no mercado de trabalho. Muitos dos chefes de famílias desempregados não se acomodam e procuram outros meios de renda no mercado informal. No entanto, outros se entregam ao desemprego ou não conseguem ganhar o suficiente para o sustento do lar. Essa situação acaba, muitas vezes, colocando a mulher na posição mais alta da hierarquia financeira familiar, e conseqüentemente na liderança das decisões familiares, já que a maioria das necessidades da família como habitação, alimentação, saúde, educação, etc., giram entorno do fator econômico.

4.3 VIOLÊNCIA FAMILIAR

Nestas linhas seguintes trataremos de um assunto que é motivo de indignação para muitas pessoas: A violência familiar. Voltando ao passado, antes mesmo da família sindiásmica, no primeiro estágio do Paleolítico, o homem das cavernas utilizava-se da violência para impor seu poder sobre a mulher. Milhões de anos depois, apesar de todo avanço tecnológico, do desenvolvimento das técnicas de comunicação, da criação de leis, muitos homens continuam ignorando o diálogo e outros meios legais, e preferem usar a violência com meio de regime doméstico.

O pós-ditadura, foi o período da redemocratização do Brasil. Ao contrário da democracia grega da antiguidade, a nova democracia brasileira veio

acompanhada do prefixo “re” o qual incluiu a mulher no âmbito da cidadania, no direito de ser beneficiadas pelo papel original do Estado que é de garantir a segurança, a liberdade e propriedade privada.

A literatura sobre violência contra as mulheres tem suas origens no início dos anos 80, constituindo uma das principais áreas temáticas dos estudos feministas no Brasil. Esses estudos são fruto das mudanças sociais e políticas no país, acompanhando o desenvolvimento do movimento de mulheres e o processo de redemocratização. Nessa época, um dos principais objetivos do movimento é dar visibilidade à violência contra as mulheres e combatê-la mediante intervenções sociais, psicológicas e jurídicas. Uma de suas conquistas mais importantes são as delegacias da mulher, as quais ainda hoje se constituem na principal política pública de combate à violência contra as mulheres e à impunidade.¹³

O relatório de pesquisa divulgado pelo Senado Federal, através da Subsecretaria de Pesquisa e Opinião Pública, em março de 2005, sobre a violência doméstica, mostra que 17% das mulheres entrevistadas declararam já ter sofrido algum tipo de violência doméstica em suas vidas. Deste total, mais da metade (55%) afirmaram ter sofrido violência física, seguida pela violência psicológica (24%), violência moral (14%) e, apenas, 7% relataram ter sofrido violência sexual¹⁴. Este problema é mais um fator motivador para a abstinência da vida conjugal, desde quando as mulheres estejam dispostas a denunciar esta prática e/ou assumir as dificuldades de serem mães solteiras.

Muitas vezes a maior consequência da violência doméstica não é a separação conjugal, mas sim a má influência na criação dos filhos, que muitos destes costumam se revoltar contra a família e a sociedade. A violência não

¹³ *Cecília MacDowell Santos e Wânia Pasinato Izumino. Violência contra as Mulheres, Gênero e Cidadania: Notas sobre Estudos Feministas no Brasil.* <http://copodeleite.rits.org.br/apc-aa-patriciagalvao/home/violenciacontraasmulheresgeneroecidadaniaceciliamacdowellsantos.doc>

¹⁴ <http://www.senado.gov.br/web/senador/patriciaboyagomes/publicacoes/viol%EAncia%20contra%20a%20mulher%20ampliado.pdf>

costuma combinar com valores, e afastados deste, os jovens acabam caindo na rede dos problemas sociais, como prostituição, envolvimento com drogas assim como paternidade e maternidade na adolescência. Aliás este último é um outro fator responsável pelo crescimento de famílias monoparentais, ou seja, sem a presença do pai.

4.4 GRAVIDEZ NÃO ASSISTIDAS PELOS PAIS

As estatísticas apontam uma incidência crescente da gravidez na adolescência em todo o mundo. No Brasil, a proporção de partos entre adolescentes tem sido cada vez maior. Segundo o IBGE, a taxa de mulheres grávidas entre 10 e 19 anos cresceu 27% entre os anos de 1991 e 2000. Em 1991, de cada 1.000 mulheres nessa faixa de idade, 29,47 ficaram grávidas. Em 2000, a incidência foi de 37,59 mulheres em cada 1.000¹⁵. Dentre estas mulheres, existe um problema que vai além da gravidez precoce ou pré-nupcial, é o caso do não reconhecimento da paternidade ou a não assistência à gravidez e à criança por parte dos homens. Um artigo do Dr. Irineu Dias aborda essa situação que preocupa sociólogos e sexólogos de todo mundo:

A maioria não assume a paternidade por vários motivos, como o caso em que o menino (pai) não assume a paternidade, outras vezes a paternidade é de um homem mais idoso já comprometido com outros relacionamentos e em outras situações até inusitadas onde os pais (meninos e meninas) continuam morando na residência de seus pais e continuam namorando, mas mesmo assim o futuro é sempre

¹⁵ http://www.ibge.com.br/home/estatistica/populacao/registrocivil/2004/tabela4_4.pdf

duvidoso, pois neste percurso surgem novos embaraços e esta união não se estabelece mesmo com o apoio dos familiares.¹⁶

Essa situação reflete na proliferação, cada vez maior, de domicílios com o núcleo familiar incompleto. As causas da gravidez na adolescência não assistida pelos pais, estão em vários setores da sociedade como a reorganização da instituição familiar, o novo comportamento educacional, assim como a deficiência do organismo do Estado frente às questões sociais.

Os valores familiares se renovaram, a mentalidade já não é a mesma de tempos atrás. “A família trocou o modelo hierárquico, no qual os papéis familiares eram rigidamente estabelecidos e o poder centralizado na figura do pai, por um modelo igualitário, no qual se destacam os ideais de liberdade e respeito à individualidade.”¹⁷

Essa individualidade, defendida pelos adolescentes e questionada por muitos pais, recebeu nos últimos tempos um grande apoio da mídia. A televisão invadiu os lares, e vem dividindo a educação dos adolescentes como os pais. Muitas vezes, essa fusão não combina, pois as informações passadas pelos programas da tv, batem de frente com os valores familiares, onde as novelas pregam a liberdade e a iniciação da vida sexual mais cedo que a vontade dos pais. A metodologia familiar nem sempre tem eficácia na educação sexual dos filhos, ou não está apta na preparação destes junto às

¹⁶ DIAS, Irineu. **TDAX X Gravidez Precoce**. Disponível em http://www.tdah.com.br/paginas/ga_etalh/Boletim5.htm. Acessado em 30 mai.2006.

¹⁷ DIAS, Ana Cristina Garcia. GOMES, William B. **Conversas sobre sexualidade na família e gravidez na adolescência: a percepção dos pais**. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/epsic/v4n1/a06v04n1.pdf>. acessado em 03 jun. 06.

informações sexuais adquiridas, não só pela mídia, mas também por outros adolescente, revistas e outros meios de informações. Mesmo cientes da nova conduta dos adolescentes frente a sexualidade, muitos pais ainda têm dificuldades de tratar o assunto com os filhos, principalmente quando o filho é do sexo oposto, pior ainda quando o assunto é entre pai e filha, pois o constrangimento, a vergonha, a diferença de idade são as principais barreira para esse diálogo. Conseqüentemente muitas adolescentes, desinformadas por parte da família e mal informadas pelos outro meios, acabam se deparando com a gravidez indesejada. O que resulta, muitas vezes, na constituição de famílias monoparentais.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante todo o processo histórico familiar ocidental, a mulher foi considerada como posse do marido, proibida e obriga a uma série de práticas, a mulher foi uma espécie de “subsexo”, para aliviar a expressão podem chamar de “sexo frágil”. A partir da Revolução Francesa, veio buscando igualar sua posição na sociedade, o que refletiu na família. Impulsionada pela Revolução Industrial, conseguiu dar um passo para a liberdade econômica, ou seja, a obtenção de um salário que lhe possibilitava atender, pelo menos as necessidades básicas do indivíduo. As novas legislações garantiram direitos que eram exclusivamente masculinos. Com a necessidade imposta pelo capitalismo de se preparar para o mercado de trabalho, as universidades

passaram a ter uma adesão mais consistente do sexo feminino, o que deu origem a uma mulher mais preparada intelectualmente.

Devido a uma variedade de fenômenos sociais, a sociedade ocidental passou a conhecer uma mulher firme, disposta a assumir postos de liderança. Presidentes, juízas, senadoras, prefeitas, reitoras, grandes empresárias, engenheiras, nas diversas hierarquias da sociedade a mulher também passou a ocupar o maior grau. Não podia ser diferente na família. As estatísticas mostram que um número cada vez maior de domicílios vêm sendo chefiados por mulheres. Não podemos afirmar que estamos caminhando para a era do ginecocentrismo¹⁸, mas podemos, sim, dizer que as mulheres estão buscando um equilíbrio de gêneros na dinâmica social.

Em todo o tempo que estive pesquisando, principalmente durante a fase das questões diretas, pude verificar uma série de fatores. Observei que a maioria das mulheres chefes do lar estão proporcionalmente na zona urbana (66%), o que já era esperado, pois a cidade oferece mais situações que proporcionam tal condição, enquanto na zona rural foi constatado um baixo índice desse tipo de família (28%), pois acredito que maioria das pessoas do campo tem outra visão sobre o casamento, e conseqüentemente sobre a família, são apegadas a valores - como a conservação do casamento, tanto na ordem divina como social - que atravessam gerações e estão mais distantes das ondas de informações e novidades que modificam os sentidos das coisas. Um fato que muitas pessoas pensariam o contrário, teve um resultado que a princípio me surpreendeu, a maioria das chefes de famílias vivem com um

¹⁸ Mulheres no centro das coisas

cônjuge (41% na zona urbana e 80% na zona rural). No decorrer dos dados percebi que não é ausência do marido o principal fator responsável pela chefia feminina familiar. Apesar do divórcio (18% na zona urbana) , da viuveis (14% na zona urbana e 20% na zona rural) e da condição de estar solteiras(27 na zona urbana), muitas ocupam esse cargo devido a fatores que estão dentro do casamento como desemprego, comodismo e falta de tempo dos maridos entre outros. Isso significa que elas estão tomando a iniciativa (36% na zona urbana e 40% na zona rural) e mostrando a sua capacidade de liderança. A maioria se sente bem assumindo o lar (86% na zona urbana e 60% zona urbana) e não deseja passar a chefia para um homem (73% na zona urbana e 40% zona rural). Apesar de declararem sentir dificuldades, elas demonstram que são capazes de dar conta do recado.

Referencias Bibliográficas:

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

Gênero e Saúde / organizado por Marta Julia Marques Lopes, Dagmar Estermann Meyer e Vera Regina Waldow - Porto Alegre : Artes Médicas, 1996.

PEDERSEN, Jean Elisabeth. **Política Sexual em Comte e Durkheim: Feminismo, História, e a Tradição Sociológica Francesa.** 2006

ROUDINESCO, Elisabeth. **A família em desordem.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

OLIVEIRA, Joelson. **O casamento das sementes.** Comissão pastoral da terra.
<http://www.cpt.org.br/?system=news&action=read&id=139&eid=128>

CANEZIN, Claudete Carvalho. **A MULHER E O CASAMENTO: DA SUBMISSÃO À EMANCIPAÇÃO.**
http://www.flaviotartuce.adv.br/secoes/artigos/claudente_mulher.doc

www.flaviotartuce.adv.br/secoes/artigos/claudente_mulher.doc

http://regional.bvsalud.org/php/decsws.php?tree_id=K01.752.967&lang=pt&PHPSESSID=ab1

GHERPELLI, Maria Helena B.V. **A cortesã e o aprendizado de ser mulher,** 2001, disponível em http://www2.uol.com.br/aprendiz/n_simulado/sextips/artigo/art05_02.htm

Cronologia feminina, disponível em <http://www.agende.org.br/cronologiafeminista/mundo.php>. acessado em 30 mai. 2006.

PEDERSEN, Jean Elisabeth. **Política Sexual em Comte e Durkheim: Feminismo, História, e a Tradição Sociológica Francesa.** 2006.

Entenda o processo de clonagem humana, 2004. disponível em http://noticias.terra.com.br/ciencia_interna/0,,OI267415-EI297,00.html, acessado em 19 jun. 2006.

PINHEIRO, Patrícia. **Jovem se prostitui para aumentar a renda da família.** disponível em <http://www.bireme.br/bvs/adolesc/P/news/2001/06/1420/violencia/001.htm>. acessado em 30 mai. 2006.

<http://www.estadao.com.br/ultimas/economia/noticias/2006/mar/07/279.htm>

Assessoria Geral de Comunicação Social do Estado da Bahia, Mulheres são maioria no serviço público estadual, disponível em http://www.agecom.ba.gov.br/exibe_noticia.asp?cod_noticia=18461, acessado em 15 jun de 2006.

Cecília MacDowell Santos e Wânia Pasinato Izumino. **Violência contra as Mulheres, Gênero e Cidadania: Notas sobre Estudos Feministas no Brasil.** <http://copodeleite.rits.org.br/apc-aa-patriciagalvao/home/violenciacontraasmulheresgene roecidadaniaceciliamacdowell Santos.doc>

<http://www.senado.gov.br/web/senador/patriciaboyagomes/publicacoes/viol%EAncia%20contra%20a%20mulher%20ampliado.pdf>

http://www.ibge.com.br/home/estatistica/populacao/registrocivil/2004/tabela4_4.pdf

DIAS, Irineu. **TDAH X Gravidez Precoce.** Disponível em http://www.tdah.com.br/paginas/ga_ etah/Boletim5.htm. Acessado em 30 mai.2006.

DIAS, Ana Cristina Garcia. GOMES, William B. **Conversas sobre sexualidade na família e gravidez na adolescência: a percepção dos pais.** Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/epsic/v4n1/a06v04n1.pdf>. acessado em 03 jun. 06.